

[DEBATE – Elcival Machado afirma que Universidade Estadual de Goiás tem cumprido as metas estabelecidas para credenciamento]

Ameaça da UEG perder status é mito, diz diretor

Marcos Vieira

Reportagem publicada na edição passada sobre a Universidade Estadual de Goiás [“Sociedade entra no debate sobre real situação da UEG”] acabou por fomentar uma nova discussão sobre o credenciamento da instituição no Conselho Estadual de Educação (CEE), previsto para junho de 2011. Diretor do Núcleo de Seleção da UEG e membro do CEE, o professor Elcival José de Souza Machado diz que é um mito afirmar que existe a possibilidade de a instituição perder o status de universidade.

Em conversa com a reportagem na quinta-feira (11), Elcival Machado apresentou dados e contestou ponto por ponto críticas feitas à instituição nos últimos tempos. O diretor lembrou que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) determinou o credenciamento para garantir mais qualidade ao ensino superior no País. Em 2006, quando passou pela primeira vez pela operação, a UEG assinou um protocolo de compromissos com o CEE que elencava temas que exigem melhorias na instituição.

No próximo ano, ao analisar a lista das exigências feitas no passado, os conselheiros vão levar em conta o contexto no qual a UEG está inserida. Segundo Elcival Machado, um deles é o fato da instituição não depender somente dela. O repasse de verbas, que é feito pelo Governo de Goiás, ilustra essa relação. A lei diz que o Estado não é obrigado a investir no ensino superior, mas ao se criar a UEG foi aberta uma rubrica – positiva, óbvio – que exige recursos financeiros, mas que entra num bolo de prioridades que inclui, por exemplo, saúde e segurança pública.

O diretor afirma que o CEE sempre adota procedimentos “altamente diplomáticos” e cita um caso concreto. A falta de professores de física – profissional raro no mercado – obrigou



MEMBRO DO CEE, Elcival relata pontos positivos e deficiências atuais da UEG

o conselho a concordar com o Estado, que contratou matemáticos para trabalhar na rede pública do ensino médio. “É preciso levar em conta que só a UFG e a UEG oferecem curso de física e formam oito pessoas por ano. Como exigir que uma escola do interior tenha professores na área?”, questiona Elcival. Neste caso, ressalta, é preciso analisar o contexto, sem radicalismo.

PROFESSORES

Outra polêmica, a quantidade exigida por lei na UEG de professores com mestrado e doutorado, também é comentada pelo diretor do Núcleo de Seleção. “A universidade não vai mentir, escrever na sua página na internet um quantitativo achando que está tudo

bem”, diz Elcival Machado. Além disso, ele lembra que esse 1/3 dos profissionais (exigência da LDB) é aplicado sobre o quadro completo da instituição e que pode ser “investigado” por qualquer um na Caps ou no CNPq.

Elcival Machado informa ainda que foi um dos que ajudou a implantar a unidade da UEG em Niquelândia. O município completa com Jataí e São Miguel a trinca que ainda não possui prédio próprio – outras 39 unidades já têm ou caminham para isso. O diretor diz que apesar de funcionar numa casa paroquial, a UEG cumpre um papel social importante no município, pois o curso de graduação tecnológica em mineração ajuda a qualificar mão de obra para empresas da região. “É só ir à sala

de aula e perguntar se tem alguém sem emprego em Niquelândia. Todo mundo trabalha”, explica.

O diretor lembra que na época da implantação da UEG, o então prefeito de Niquelândia Joaquim Tomaz de Aquino (já falecido) aprovou lei que destinava mensalmente 1% da receita tributária e da transferência de impostos à universidade, o que nunca foi cumprido. “Daria R\$ 60 mil mensais, o que hoje representa um acumulado de R\$ 3,1 milhões”. O dinheiro seria mais do que suficiente para se construir uma sede própria. Lei semelhante também nunca saiu do papel em Jataí. Já em São Miguel, o Governo de Goiás licitou recentemente a obra para construção da sede.

Para o diretor, apesar da estrutura física, a unidade de Niquelândia possui professores gabaritados, em atividade nas grandes empresas de mineração da região. Os alunos, inclusive, usam laboratórios dessas empresas em seus estágios e, quase todos, acabam trabalhando no local depois de formados. “Como ficaria a população se fechassem a universidade?”, questiona.

Sobre o êxodo de professores, Elcival Machado acredita que seja algo comum, considerando-se alguns fenômenos recentes. Um deles seriam a criação de dezenas de Ifets no país, a expansão da rede particular de ensino superior e a abertura de vagas na UFG através do Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). O diretor explica que a UEG tem vários professores de outros Estados. Quando surgem vagas, é lógico que o profissional quer voltar para sua terra de origem, daí ele presta concurso em outra instituição em busca desse objetivo.

Elcival defende o trabalho adotado pela reitoria, que comprou R\$ 600 mil em livros, licitou obras de construção de bibliotecas e auditórios e está terminan-

do as sedes de Aparecida, Itumbiara e Crixás. Ele informa ainda que o Núcleo de Seleção elabora o edital para o concurso público que visa preencher 427 vagas, entre professores e servidores técnico-administrativos. “No ano passado tivemos a conquista da aprovação do Plano de Cargos”, completa.

Segundo o diretor, todos os problemas e soluções são discutidos com as entidades que realmente representam as diversas categorias da UEG. “Temos o sindicato dos professores, o Diretório Central dos Estudantes [DCE] e o sindicato dos servidores. Todos com presidentes eleitos, com CNPJ e em plena vigência”, frisa.

POSICIONAMENTO

O Jornal Estado recebeu nesta semana texto do historiador Claudio Virote, servidor da Universidade Estadual de Goiás, intitulado “UEG: a outra face da história”. Ele também questiona qualquer ameaça ao status da instituição de ensino superior. Virote afirma que a atual reitoria herdou uma universidade repleta de problemas, mas tem procurado resolver a maioria deles.

Virote lembra que em 2005 o então reitor José Izecias, mesmo não tendo permissão legal, criou oito novas unidades universitárias que passaram a oferecer cursos de graduação tecnológica. “Essa decisão causou um estrago no orçamento da instituição”, diz o historiador. Ainda em 2005, Izecias ainda criou 32 novos cursos de graduação. Em 2006 o Governo de Goiás acabou legalizando as novas unidades e criou mais três, perfazendo as 42 unidades existentes hoje.

Segundo Claudio Virote, o CEE “jamais negaria um novo credenciamento apenas pelo fato de a UEG não ter cumprido alguns poucos itens do protocolo”. “Quem afirma o contrário disso desconhece profundamente o funcionamento de um órgão colegiado e sua relação com as instituições de educação”, completa.

Votação de regimento emperrada

Marcos Aurélio Silva

O regimento interno da Câmara Municipal foi reformulado ainda em 2009, mas apesar de já ter sido tema de muita discussão, ele ainda não é consenso. O projeto deveria ter sido votado logo no início dos trabalhos deste ano, mas na última terça-feira (9) a matéria foi novamente enviada às comissões para avaliação de emendas sugeridas. O vereador Amilton Batista (PTB), que foi o revisor da lei, defende que seja necessária uma nova dinâmica para o Legislativo, mas que isso só é possível com o documento. A perspectiva é de que a decisão sobre a proposta seja tomada na primeira semana de março.

Para a atual mesa diretora a reformulação do Regimento Interno é o principal avanço dessa legislatura, mas a proposta de uma emenda vai adiar a sua aprovação. Conforme os trâmites legais da Câmara o Regimento Interno retornou à Comissão de Justiça e Redação e deve ainda ser apreciado pelo relator.

“Na última terça-feira nomeamos o vereador Pedro Mariano (PP) para relatar a proposta e temos o compromisso de que ela será devolvida o mais rápido possível”, explica o vereador Amilton. Ele diz que a emenda, que teve assinatura de cinco vereadores, prevê uma alteração no texto original e determina que o secretário da mesa leia todas as proposições na íntegra. “Isso que está sob análise da comissão: se é conveniente a leitura integral ou se prossegue da maneira como é feita hoje, lendo somente o resumo”, esclarece.

O novo texto de lei visa dar celeridade aos processos da Casa e garantir o amplo debate entre os vereadores. Para ele, a emenda proposta vai na contramão da reformulação do Regimento Interno. “Eu respeito muito os vereadores que assinaram a emenda, mas tenho opinião formada. O que se busca é celeridade e modernidade na forma de condução das sessões. Parece-me que perderíamos muito tempo procedendo com leituras, por exemplo, de projetos simples”, julga.

Nos bastidores alguns vereadores têm mostrado oposição à implantação da corregedoria. “Não se concede um Poder que não tenha um órgão de controle interno das relações”, defende Amilton.

Segundo ele, outro ponto que causa desconforto entre alguns vereadores seriam os ajustes de prazos e a obrigatoriedade na participação de reuniões das comissões. “Hoje existe um faz de conta com relação aos prazos para trabalho das comissões”.

Empresa inicia trabalho com mutirão

A nova empresa de limpeza urbana de Anápolis, a Delta Construções, assumiu os trabalhos no último domingo (7) com uma ação emergencial de coleta de lixo e varrição de ruas. No decorrer da semana, as equipes de limpeza chegaram a passar pelo mesmo local até três vezes. O mutirão foi necessário em decorrência das condições que a antiga empresa, GC Ambiental, deixou a cidade.

O primeiro trabalho desenvolvido pela Delta em cumprimento ao contrato com a prefeitura foi a limpeza dos feirões. “Tivemos um contratamento com antiga empresa que detinha o contrato. Ela antecipou a finalização da operação e assim houve um acúmulo”, explicou o gestor comercial da empresa, Raphael Nascimento.

A empresa contratou um efetivo de aproximadamente

510 servidores, muitos absorvidos da antiga concessionária. Para o gestor comercial, o número de trabalhadores e o maquinário 100% novo respondem a um bom serviço prestado à população. “Vamos ter agilidade. Exemplo: a limpeza e roçagem de toda Avenida Brasil demorava de quatro a cinco dias, hoje ela é feita em 48 horas”.

A nova concessionária promete inovar na limpeza urbana em Anápolis. Além da mecanização de muitos serviços, novos cuidados serão aplicados ao aterro sanitário e à reciclagem de lixo. “Vamos criar novas usinas de reciclagem, onde vamos dar cursos para auxiliar os catadores em suas atividades”, ressalta Raphael Nascimento. A incineração do lixo hospitalar também será uma novidade no setor, que vai contribuir para gestão e tratamento dos

resíduos sólidos do aterro sanitário.

A Delta Construções tem promovido mutirões de limpeza por diversos pontos da cidade, visando beneficiar a limpeza e urbanização como um todo. Segundo a empresa, dentre os bairros beneficiados estão os bairros Arco-Verde e Vila Góis, que tiveram serviço de poda, capina, varrição, coleta de lixo e de pintura de meio-fio. “Esse serviço é primordialmente para o crescimento sustentável a partir da limpeza pública”.

De acordo com Raphael Nascimento, a Delta Construções tem um planejamento que vai acompanhar o crescimento de Anápolis. “De acordo com a prefeitura, o projeto é asfaltar 100% das ruas. Isso quer dizer que haverá aumento nos serviços de coleta e varrição”.

O Bairro da Lapa, que não



PARA normalizar limpeza da cidade, Delta organizou frente ampla de trabalho

era contemplado com limpeza pela antiga concessionária agora está recebendo garis que fazem a coleta e varrição do lixo. “Assim como em outros três bairros que estavam nessa situação, nós estamos prestando um serviço de qualidade”, garante o gestor comercial. Segundo ele, o crescimento sustentável de

Anápolis passa por moradias, asfalto, saneamento e a limpeza pública que vai ser feita de modo exemplar. “Esses serviços vão aumentando quantitativamente, pois a partir do momento que tem o cidadão que gera emprego, moradia e renda ele gera lixo também, mas nós vamos acompanhar”, declara.